



Temas de Direito Europeu Contemporâneo

*Themes of Contemporary
European Law*

Alfredo
Calderale

Geraldo Miniuci
Ferreira Jr.

Bruno José
Queiroz Ceretta

Amanda Cunha e Mello Smith Martins

Carla Ramos

Daniella Stefano de Alencar

Dario da Silva Oliveira Neto

Laura Mourão Nicoli

Nicole Ísis de Ayub

Tokio Kobayashi Neto

Vitor Luis Pavan



www.ccej.com.br

Editores

André Saddy e Pedro Luiz Ferreira de Almeida

Conselho Editorial

André Saddy – Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo - Escola de Direito do RJ da Fundação Getulio Vargas (Brasil)

Christian Alberto Cao – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Claudia Ribeiro Pereira Nunes – Yale University (Estados Unidos da América)

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

Daniel Wunder Hachem – Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Emerson Affonso da Costa Moura – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil)

Irene Patrícia Nohara – Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)

José Eugenio Soriano García – Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

José Sérgio da Silva Cristóvam – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Julián Pimiento Echeverri – Universidad Externado de Colombia (Colombia)

Orlando Vignolo Cueva – Universidad de Piura (Perú)

Pablo Schiavi – Universidad de la República / Universidad de Montevideo (Uruguai)

Reinaldo Funes Monzote – Universidad de Havana (Cuba)

Rodrigo Ferrés Rubio – Universidad Católica del Uruguay (Uruguai)

Sede: Rua Alcindo Guanabara n.º 24, sala 1405, Rio de Janeiro, RJ,
Centro da Cidade, CEP 20.031-915, Brasil

COORDENADORES

Alfredo Calderale
Geraldo Miniuci Ferreira Júnior
Bruno José Queiroz Ceretta

TEMAS DE DIREITO EUROPEU CONTEMPORÂNEO:

Themes of Contemporary European Law

AUTORES

Alfredo Calderale
Amanda Cunha e Mello Smith Martins
Bruno José Queiroz Ceretta
Carla Ramos
Daniella Stefano de Alencar
Dario da Silva Oliveira Neto
Geraldo Miniuci Ferreira Júnior
Laura Mourão Nicoli
Nicole Ísis de Ayub
Tokio Kobayashi Neto
Vitor Luís Pavan

Rio de Janeiro
2026

Copyright © 2026 by Alfredo Calderale; Geraldo Miniuci Ferreira Júnior; Bruno José Queiroz Ceretta

Categoria: Direito Administrativo
Produção Editorial
Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)
Diagramação: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)
Capa: Júlia Almeida

O Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ) não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra, pelo seu autor, bem como esclarece que o padrão ortográfico e o sistema de citações e referências são prerrogativas do seu autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive, quanto às características gráficas ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei n.º 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n.º 9.610/1998).

Todos os direitos desta edição são reservados ao Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Impresso pela Bok2
Catalogação: Daniele Ferreira Alvarenga - CRB7 6873/RJ

Calderale, Alfredo

Temas de Direito Europeu Contemporâneo: Themes of Contemporary European Law / Alfredo Calderale; Geraldo Miniuci Ferreira Júnior; Bruno José Queiroz Ceretta; (coords.). – Rio de Janeiro: CEEJ, 2026.

340 p.: il. (color.)

ISBN: 978-65-84958-93-7

Inclui figuras, tabelas e referências.

1. Direito Internacional . 2. Direito - Europa. 3. União Europeia. I. Título. II. Série.

CDD – 341.205

SUMÁRIO

BREVE APRESENTAÇÃO DOS AUTORES 7

I. TEXTOS DE APRESENTAÇÃO 17

PREFAZIONE..... 19

Alfredo Calderale

PREFÁCIO..... 27

Alfredo Calderale

A UNIÃO EUROPEIA E OS VELHOS DESAFIOS 35

Geraldo Miniuci Ferreira Júnior

1. O patriotismo constitucional 37

2. Condições que possibilitam a existência do Estado-nacional 40

Conclusão..... 49

**O ACORDO UNIÃO EUROPEIA-MERCOSUL: NOTA SOBRE
UM ENTENDIMENTO DE FUTURO INCERTO 53**

Bruno José Queiroz Ceretta

Introdução 53

1. Um longo itinerário inconcluso..... 54

2. Natureza jurídica do acordo..... 55

3. Repercussões da natureza jurídica..... 57

Conclusão..... 58

Bibliografia..... 58

II. PESQUISAS 61

**REGULAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA UNIÃO
EUROPEIA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O LEGISLADOR
EUROPEU 63**

Amanda Cumba e Mello Smith Martins

Introdução	63
1. Instituições Europeias e o papel dos poderes legislativos da União na regulação de novas tecnologias.....	65
2. “AI Act”: Questões controversas e o Trilogo Europeu	71
2.1. processo legislativo da União Europeia: o Trilogo Europeu.....	71
2.2. A definição de Inteligência Artificial no Direito da União Europeia	74
2.3. danos causados pela Inteligência Artificial e o regime de responsabilidade civil na União Europeia.....	85
Conclusão.....	92
Referências.....	93

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA: ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO PRIMADO DO DIREITO EUROPEU.....99

Carla Ramos

1. Introdução: a arquitetura institucional da União Europeia vista do Brasil	99
2. O Tribunal de Justiça da União Europeia: origem, sede, composição, organização e competências.....	104
2.1. Da origem.....	104
2.2. Da sede	104
2.3. Da composição	105
2.4. Da organização e repartição interna das competências	107
2.5. Das competências do Tribunal de Justiça da União Europeia	109
2.5.1. Da cláusula de exclusão de competência	113
2.5.2. Dos legitimados ativos.....	115
2.5.3. Da competência para a solução de conflitos entre normas de aproximação adotadas pelo Parlamento Europeu e o Conselho ou pela Comissão e as normas nacionais dos Estados-Membros	116
2.5.4. Da competência para o controle prévio de compatibilidade das normas nacionais com os Tratados da União Europeia	118

2.5.5. Da competência para a demissão do Provedor de Justiça, de membro da Comissão, de membro do Conselho e de membro do Tribunal de Contas	118
2.5.6. Da competência para a execução dos acórdãos do Tribunal.....	119
3. O Tribunal de Justiça da União Europeia: o Primado do Direito Europeu.....	120
4. Considerações finais.....	129
Referências.....	130

SOBERANIA DIGITAL NA UNIÃO EUROPEIA E GDPR: MECANISMOS EUROPEUS DE TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS DO PODER PÚBLICO E POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES COM A LGPD BRASILEIRA . 133

Daniella Stefano de Alencar

Introdução	133
1. A soberania da União Europeia e o conceito de soberania digital....	137
2. A posição das Instituições Europeias na garantia da soberania digital	141
3. Processamento de dados em nuvem e local de armazenamento.....	148
4. Transferência internacional de dados	149
4.1. GDPR e o caso Schrems II	150
4.2. LGPD e a transferência internacional de dados do poder público	154
Conclusão.....	157
Referências bibliográficas	158

REGULAÇÃO *EX-ANTE*, O DIGITAL MARKETS ACT (DMA) E A NOVA ERA DO ANTITRUSTE: A PERSPECTIVA BRASILEIRA POR MEIO DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PROJETO DE LEI 2.768/2022..... 163

Dario da Silva Oliveira Neto

1. Introdução	163
2. Regulação Ex-ante. O que ser? Ela é necessária? É o futuro do Antitruste?.....	166
3. O Digital Markets Act (DMA)	173

4. O Projeto de Lei 2.768/2022.....	180
4.1. A Atual Tramitação do Projeto de Lei 2.768/2022.....	180
4.1.1. O Artigo 3º.....	189
4.1.2. O Artigo 4º.....	192
4.1.3. O Artigo 9º.....	194
4.1.4. O Artigo 10.....	196
4.1.5. Os Artigos 14 e 15.....	200
4.1.6. O Artigos 16.....	201
5.Considerações Finais.....	204
Referências Bibliográficas.....	205

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS MECANISMOS DE SEGURANÇA E SOLIDARIEDADE NA POLÍTICA MIGRATÓRIA EUROPEIA: OS CONTORNOS DO NOVO PACTO DE MIGRAÇÃO E ASILO DE 2024

Laura Mourão Nicoli

1. Introdução.....	211
2. Mecanismos e diretrizes da política migratória da União Europeia..	218
3. Condutas da União Europeia em matéria migratória.....	223
4. Os desdobramentos de um novo pacto sobre migração e asilo.....	226
5. Discussões acerca do novo pacto sobre migração e asilo.....	231
6. Conclusões.....	233
Referências.....	233

A INSTITUCIONALIDADE DA ZONA DO EURO: VANTAGENS, DESAFIOS, E AS LIÇÕES PARA UMA MOEDA COMUM DOS BRICS

Nicole Ísis de Ayub

1. Introdução.....	237
2. O sistema monetário internacional.....	239
2.1. Notas sobre economia monetária.....	239
2.2. A proposta da moeda Bancor.....	244
3. O euro e suas instituições.....	247
3.1. Formação da Zona do Euro e Leis Associadas.....	247

3.2. O Banco Central Europeu	250
3.3. Problemas do euro	254
4. A moeda dos BRICS.....	257
5. Conclusões.....	259
6. Referências.....	261

AGÊNCIAS REGULATÓRIAS DA UNIÃO EUROPEIA NO ÂMBITO DA SAÚDE: ASPECTOS GERAIS E PRINCIPAIS NORMAS DA AUTORIDADE EUROPEIA PARA A SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E DA AGÊNCIA EUROPEIA DE MEDICAMENTOS..... 263

Tokio Kobayashi Neto

1. Introdução: Tema, objeto, escopo de trabalho	264
2. União Europeia: organização internacional “sui generis”, separação de poderes e instituições	264
2.1. A natureza jurídica da UE	265
2.1.1. O Estado: elementos constitutivos e forma federativa.....	265
2.1.2. A natureza "sui generis" da UE.....	266
2.2. Instituições Europeias	268
2.2.1. A Separação de Poderes no Governo Europeu.....	268
2.2.2. Órgãos do Governo: Composição e Poderes	268
2.2.3. As agências reguladoras da União Europeia: uma conciliação entre a estrutura de separação de poderes da UE e a abordagem funcionalista do modelo de agências.	271
3. Estrutura regulatória da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos: mapeamento da estrutura e funções previstas no Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28.01.2002	272
3.1. Atribuições	272
3.2. Estrutura.....	274
3.3. Funcionamento.....	279
4. Estrutura regulatória da Agência Europeia de Medicamentos: mapeamento da estrutura e funções previstas no Regulamento (CE) nº 726/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31.03.2004	283

4.1. Atribuições	283
4.2. Estrutura e Funcionamento	284
5. Síntese conclusiva	294
6. Bibliografia	294

ANÁLISE DAS MEDIDAS E LEIS EUROPEIAS SOBRE O COMBATE À DESINFORMAÇÃO 297

Vitor Luís Pavan

Introdução	297
1. A União Europeia.....	302
1.1. Abalos Democráticos e o Brexit	307
1.2. A Digital Act Services da União Europeia de 2022	309
1.3. A Lei Alemã de 2017	311
1.4. A Lei Francesa de 2018	315
1.5. A Lei Portuguesa de 2021	321
2. Movimentação legislativa no Brasil.....	323
3. Outros caminhos além da Lei.....	328
4. Conclusões.....	333
Referências Bibliográficas	334
Referências Legislativas.....	337